

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

(Da Sra. REJANE DIAS)

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplemento da fatura, a unidade consumidora onde resida portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

“Art. 17-A. É vedada a suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplemento da fatura, de pessoas de baixa renda, onde **resida portador de doença ou patologia** cujo tratamento ou **procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos, desde que fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS** e que para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput, será para unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza, ou estejam enquadradas nos programas de tarifas sociais das empresas ou das concessionárias de energia elétrica.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Acreditamos que aquelas unidades consumidoras de energia elétrica em que residem pessoas que apresentam enfermidades que exigem o suporte de aparelhos que utilizam energia elétrica devem ter um tratamento diferenciado em relação aos demais consumidores no que tange à suspensão do fornecimento devido à inadimplência no pagamento das faturas relativas à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Entretanto, verificamos que a legislação federal que disciplina os serviços de energia elétrica não contém dispositivo proibindo as distribuidoras de energia elétrica a efetuarem o corte de energia elétrica nas unidades consumidoras habitadas por pessoas na situação de vulnerabilidade mencionada.

Os consumidores são então obrigados a recorrer ao Poder Judiciário para impedir que as concessionárias adotem medida drástica que coloque em risco a saúde de seus moradores. Como resultado, nossos tribunais consagraram jurisprudência no sentido da impossibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão do não pagamento das faturas relativas à prestação do serviço, quando houver riscos à saúde de algum residente.

Como exemplo, cabe citar voto do Ministro Herman Benjamin, membro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), proferido em 2017, no âmbito do Recurso Especial nº 1.245.812 - RS (2011/0046846-8). Segundo o eminente magistrado, desde que se observem determinados requisitos, o STJ considera legítima a interrupção de fornecimento de energia elétrica em virtude de inadimplência do usuário. Todavia, o Ministro ponderou que, para que o corte de energia elétrica por motivo de inadimplência seja considerado legítimo, uma das exigências da jurisprudência daquele Tribunal é que a medida não acarrete lesão irreversível à integridade física do usuário. Entendeu que, caso a interrupção da prestação causasse tais prejuízos, ocorreria uma inversão da ordem constitucional, conferindo-se maior proteção ao direito de crédito da concessionária que aos direitos fundamentais à saúde e à integridade física do consumidor.

Resta claro, portanto, que a legislação brasileira precisa ser prontamente aperfeiçoada, de modo a coibir a desumana prática do corte de energia elétrica nas residências onde residem pessoas que dependem de aparelhos elétricos para tratamento de saúde, evitando que a população necessite buscar proteção da Justiça para garantir a fruição de direitos básicos.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de lei que objetiva vedar a suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplemento da fatura, a unidade consumidora onde resida portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputada REJANE DIAS